

A GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL: UM ENFOQUE DAS RELAÇÕES DE PODER SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL

*Rosângela Novaes Lima**

Resumo: O propósito do estudo foi investigar as relações de poder que perpassam nas gestões estadual e municipal no Estado do Pará e Município de Belém no período de 1978 a 1998, tendo as Políticas Sociais, e, especificamente o processo das políticas educacionais como central. A partir dos programas educacionais analisados, busquei identificar as diferenças na abordagem dos problemas educacionais, partindo da correlação de forças que designam para onde e como a proposta educacional deve ser encaminhada. No contexto desse estudo as políticas educacionais se configuram nos planos de governo, nos processos legislativos e nas decisões administrativas. Resultando daí as suas ações no processo educacional. Os dados foram construídos a partir de três fontes: documentos oficiais das Instituições (federal, estadual e municipal), entrevistas semi-estruturadas individuais produzidas a partir da análise documental e a produção teórica sobre a temática pesquisada.

Palavras-Chave: Gestão Estadual, Gestão Municipal, Relações de Poder, Política Educacional.

Este texto é um ensaio sobre a reflexão realizada no processo de pesquisa, indicando algumas questões que foram construídas no decorrer desse estudo.

Esleveu-se como objeto de estudo a política educacional dos governos federal, estadual e municipal das gestões que compreendem o período de 1978 a 1998. Este período foi caracterizado nacionalmente por aspectos políticos tais como: I) processo de "abertura" política - a transição democrática; II) eleições diretas para governador do Estado; III) Assembléia Constituinte e promulgação da Constituição Federal; IV) Constituições Estaduais; V) Lei Orgânica dos Municípios; VI) Campanha das "Diretas Já" e fim do regime militar; VII) eleição para prefeito da capital; VIII) retomada das eleições diretas para Presidente da República e IX) nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB.

A sistematização deste estudo foi elaborada a partir da análise de documentos oficiais produzidos entre 1978 a 1998, que constituem fontes primárias, e de entrevistas com os Secretários Estaduais e Municipais de Educação do período estudado. E, estes se constituirá em uma sistematização de análise de conteúdo, procurando discutir tendências dos referidos governos expressas no discurso governamental em confronto com o cotidiano da educação.

Partimos da premissa da educação como prioridade e bandeira política do governo, que é o que justifica estar ela contemplada na agenda de discussões sobre desenvolvimento, nos projetos partidários, nas plataformas dos candidatos e nos programas de governo. Sendo assim, optamos por trabalhar com a educação fundamental e a sua universalização que se constitui no instrumento capaz de formar recursos humanos básicos, necessários ao mercado produtivo, e à consolidação da cidadania democrática, ocupando um espaço privilegiado no quadro das políticas educacionais.

No entanto, o que se constata é que o programa político não passa de mera carta de intenção, onde os candidatos prometem o que não farão. Por isso, há falta de credibilidade nestes políticos. Na leitura das propostas de política educacional que constam dos programas dos governadores e prefeitos, há fortes indícios do caráter estritamente político, no sentido eleitoreiro, na administração pública da educação. Cada gestor que assume procura desfazer as obras do antecessor, faz para consolidar-se como liderança. Assim sendo, está é uma questão que causa transtorno na política da educação. A não continuidade dos programas educacionais que corresponde à

* Universidade Federal do Pará.

falta de um Plano de Educação, estrutural, com prazo de dez a quinze anos para retorno dos resultados, além da rotatividade dos gestores públicos, ocasionando a multiplicidade de projetos educacionais iniciados e não concluídos. Outro fator para a não-continuidade dos programas é a falta de acompanhamento e avaliação destes (programas), ou seja, não há retorno do trabalho que foi realizado, porque o planejamento não é uma continuidade, mas sim uma contingência de mandato. Talvez a causa mais geral seja a ausência de um projeto político e a falta do exercício democrático. É importante ressaltar que estes programas, para serem desenvolvidos, recebem recursos financeiros, não havendo nenhuma prestação de conta pública para saber em que e no como foi gasto este recurso.

Um dos critérios básicos para o referencial teórico adotado é o "sentido político-pedagógico", de modo que o estudo seja tomado a partir da correlação de forças a serviço da estrutura produtiva. A política educacional desenvolveu-se no espaço de uma conjuntura política autoritária, com uma economia recessiva de intensa concentração de renda, em que os estados e municípios prescindem dos compromissos sociais para com a sociedade. Entende-se que a política educacional faz parte das políticas sociais, portanto, deve atingir a população na sua totalidade. As respostas para os problemas educacionais encontram-se nas áreas econômica, política e social.

A educação como uma das necessidades básicas da sociedade é integrante do núcleo duro das políticas sociais. A política educacional emerge da relação entre o Estado e a educação, mediada de um lado pelas demandas sociais e, de outro, pelas demandas dos grupos hegemônicos com os quais o Estado se associa. A política educacional é simultaneamente mecanismo de legitimação da política desses grupos. Assim, este estudo pretendeu apreender a política educacional na dimensão analítica de política da política e suas relações de poder, perpassando as gestões estadual e municipal. Partindo da concepção de que os "atores"² formuladores da política e os executores dessa política são distintos, trabalhou-se com a noção de mediação e conflito entre formulação e gestão da política educacional. Embora planejar e executar sejam parte do mesmo processo, a centralidade do problema é a ausência da execução e do planejamento. Com isso, o estudo pretendeu analisar a política educacional paraense e belemense no contexto das políticas, ou seja, na dimensão dos seus programas políticos para a área da educação fundamental nas decisões do Estado do Pará e do Município de Belém, e sua expressão como legitimadora e reguladora das ações dirigidas aos setores sociais.

A avaliação da interrelação entre as diretrizes e estratégias de ação da política educacional possibilita apreender o processo de tomada de decisão, assim como a identificação das prioridades de ação possibilitam confrontar, analiticamente, as intenções com as práticas. O que nos leva a verificar as diferentes opções e modos de se posicionar em relação às políticas educacionais podendo ser apreendidas a partir da análise do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de governo, possibilitando a compreensão das múltiplas e renovadas estratégias de afirmação ou perpetuação social dos grupos hegemônicos associados ao Estado e identificados com a política tradicional.

Um dos objetivos das administrações estadual e municipal, apesar da influência nefasta de fatores estruturais e conjunturais comuns ao país como um todo, particularmente no Estado do Pará e no Município de Belém, foram agravados pelas especificidades como, por exemplo, o acelerado crescimento demográfico, acima da média regional e nacional, mas apesar desse quadro os programas e ações executados ou não, deveriam buscar a expansão das oportunidades educacionais e a melhoria da qualidade do ensino.

No Brasil, nos governos ditatoriais, principalmente nos últimos trinta anos, a centralização do poder político produziu uma política tributária que concentrou no governo federal a maior faixa da arrecadação, deixando para os estados e municípios a menor faixa, tornando onerosa a educação fundamental, principalmente a municipal.

O setor da educação fundamental foi o que enfrentou graves problemas, provenientes dos momentos de mudança que o país atravessou. A baixa produtividade do sistema, exposta nos indicadores sobre repetência e reprovação; o número representativo de professores não qualificados; os elevados déficits escolares; e a escassez de material didático e equipamentos, apenas para citar os mais evidentes, foram os problemas enfrentados pelos governos estaduais e municipais ao longo desse período estudado. Inclusive, de acordo com as estatísticas apresentadas pelas Secretarias de Educação Estadual e Municipal, o maior índice de reprovação ocorria na 1ª série do ciclo básico, na 5ª série do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio.

² O conceito de "atores" aqui utilizado corresponde a gestores ou agentes da política.

No Pará, através de informações contidas em diferentes fontes, algumas elaboradas pelos municípios, observou-se ainda a existência de classes multisseriadas (classes com alunos de várias turmas numa única sala de aula), bem como a deficiência na estrutura física das escolas, a baixa qualificação docente e as grandes distâncias via terrestre ou fluvial, que dificultam o acesso à escola. Contudo, esta evidência não é diferente, a nível nacional, do estreitamento da pirâmide escolar, provocado pela alta taxa de retenção, principalmente na 1ª série do Ensino Fundamental. Em contrapartida, este grau de ensino acelerou o processo de redução do déficit escolar através da expansão da rede física. Entretanto, as distorções existentes com relação ao nível regional, e a distribuição irregular dos espaços escolares ainda não absorvem a demanda escolarizável.

Nessa perspectiva é importante saber desvelar quais foram as propostas/programas da política educacional para a educação fundamental dos governos estaduais (Pará) e municipais (Belém), desenvolvidos no período de 1978 a 1998.

O Plano de Educação do Estado do Pará 1975-1979 (gestão Aloysio da Costa Chaves)³, se destacou pelas estratégias de ação, que para a sua efetivação o planejamento setorial da educação no Pará, teve como dificuldades os seguintes fatores: desigual distribuição demográfica na extensa área territorial brasileira; escassez dos recursos financeiros disponíveis e falta de consistência nas informações sobre o sistema de ensino.

A educação fundamental revelou carências, em virtude da filosofia da Lei no.5.692/71, que passou a exigir uma nova escola e um novo professor. Uma das carências reveladas é absorção de professores pela rede escolar sem a devida titulação e, os titulados, sem a qualificação necessária. Por outro lado, as unidades escolares não possuíam um sistema de conservação e manutenção, onerando o estado com periódicas e sucessivas recuperações na mesma escola. Uma das questões mais graves era a falta do atrativo salarial ser desestimulador, acarretando descompasso entre a formação docente e o ingresso nos quadros do magistério do estado.

A Secretaria de Educação e Cultura do Município de 1975-1979 (gestão Ajax de Oliveira) tratava de educação, de turismo, de esporte e de lazer. Vamos nos fixar na área da educação, destacando um programa que buscou a qualidade e a produtividade na educação municipal. O *Programa Curricular*, a primeira ação nessa linha, levou às avaliações dos livros didáticos utilizados, particularmente a "cartilha". Essa experiência se deu a partir da construção e da edição do livro didático regionalizado, feito pelo corpo docente e técnicos da Secretaria. Esse livro didático passou a ser utilizado pelas escolas, proporcionando a reformulação do currículo.

Um dos avanços a ser considerado nessa gestão foi a extinção do turno intermediário (turno da hora do almoço) da rede municipal. Isto se deu por causa da criação de novas vagas no município.⁴

A ação governamental planejada para o período 1979-1983 (gestão Alacid da Silva Nunes), em relação aos principais programas implementados na área da educação, foi evidenciada a atenção desse governo com a expansão do ensino fundamental, de modo a minimizar o déficit escolar da população de 7 a 14 anos de idade, sendo implantado este grau de ensino em todos os municípios do Pará. Com esta ação, as escolas passaram a exibir faixas com a frase: "Aqui existe vaga - Matricule-se". Apesar das dificuldades, devido o rompimento com o governo federal a gestão Alacid Nunes conseguiu terminar seu governo com a aprovação popular, o que garantiu a eleição do seu sucessor (Jáder Barbalho). Com essa gestão, termina também a era do governo militar. E inicia-se a ascensão de uma nova geração na política paraense.⁵

Em 1983-1987 (gestão Jáder Fontenelle Barbalho) as diretrizes elaboradas para a educação nessa gestão propunha entre outras questões a produção de livros didáticos para o ensino fundamental e médio no próprio estado, através da formação de equipes com postura interdisciplinar, para que o texto didático tenha relação com o contexto sócio-cultural paraense; reciclagem urgente do quadro docente da rede pública e qualificação dos docentes leigos e interiorização da educação fundamental e médio. Essas diretrizes-propostas, para serem viabilizadas, teriam que ser implementadas juntamente com as lideranças políticas estaduais buscando, para sua execução, o compromisso com as políticas públicas da educação.⁶ O que não ocorreu.

³ No governo do Aloysio Chaves foi produzido o primeiro Plano de Educação do Pará (1975-1979). Destaca-se esse feito pela inexistência de reais planos estaduais de educação, pois o estado procedia pela formulação de planos de aplicação de recursos.

⁴ O período 1978 a 1979 (gestão do Governador Clóvis de Moraes Rêgo) foi de continuidade as ações do governo anterior.

⁵ O período 1979 a 1980 (gestão do Prefeito Felipe Santana) foi de continuidade ao trabalho que vinha sendo executado na gestão anterior.

⁶ A gestão do prefeito Loriwal Reis de Magalhães (1980-1983) deu continuidade à anterior, acrescentando algumas ações como implementação dos programas.

A gestão do período 1983-1986 prefeito Almir Gabriel ocorreram problemas na coleta dos dados e posterior sistematização, daí não fazer parte deste texto.

Em 1985 ocorreram as eleições diretas para os prefeitos das capitais brasileiras.

O trabalho desenvolvido na área de educação do período 1986-1989 (gestão Fernando Coutinho Jorge) vinha sendo articulado desde a administração anterior, proveniente da *Proposta Modular de Educação e Cultura*. Essa gestão absorveu o *Projeto Modular Integrado de Educação e Cultura*, considerado adequado para atender aos objetivos da Educação Municipal, cuja ação estava baseada no *Programa de Reforma do Conteúdo Programático dos Currículos*, o qual objetivava regionalizar os currículos adequando-os à realidade do educando, iniciando pelas sessões de estudo de Língua Portuguesa, como também a adequação do currículo à realidade foram incluídas as disciplinas História do Pará, Estudos de Questões Regionais e Literatura Paraense, para as quais seriam escritos livros didáticos, além da transformação em cursos livres da disciplina Língua Estrangeira.

No Estado do Pará, no período 1987-1991 (gestão Hélio da Mota Gueiros) foi estabelecida a "educação como prioridade" e, tendo como base esta afirmativa, foi elaborado o Plano Estadual de Educação - 1987-1990, que propunha alguns projetos para esse período, entre eles, destacamos o *Projeto "Campanha SEDUC na Escola"*, que adotou uma metodologia, partindo da definição da qualidade estatisticamente projetada até a entrega do material ao seu destinatário. As escolas da capital e do interior recebiam direto, sem intermédio dos "atores" políticos, o material da SEDUC como: carteiras escolares, caixas de giz, impressos gerais (diários de classe, boletins escolares, fichas de avaliação, carteiras de estudantes, etc.), cartazes impressos e livros didáticos para o atendimento do ano letivo. Tal medida foi para resgatar a credibilidade da SEDUC junto às escolas, além de possibilitar as condições mínimas de funcionamento. Com isso, ocorreu um desmantelamento dos "currais" eleitorais dos deputados e vereadores, já que, anteriormente, o material era entregue nas mãos dos políticos e estes distribuíam a quem lhes convinha, o que poderia significar que, na escola, o material nunca chegava. Este projeto merece um destaque especial porque talvez tenha sido um dos mais importantes desenvolvidos no governo Gueiros, fundamentalmente devido ao seu caráter político, além de ter sido pioneiro no Pará e no Brasil.

A educação foi considerada, por decisão política, prioridade na administração do período 1989-1991 (gestão Said Xerfan) a partir dessa decisão, a SEMEC definiu uma política educacional, estabelecendo as metas que favoreceriam entre outras a valorização do educando pela melhoria física-ambiental, pela distribuição de material escolar e o retorno do Programa de Alimentação Escolar em convênio com a FAE e governo do estado. Além disso, desenvolveu-se um trabalho articulado da proposta curricular do município com os projetos sócio-ambientais, através de convênios, troca de experiências, oferecimento de cursos e os recursos das entidades envolvidas no processo. Esta ação proporcionou ao aluno da rede municipal oportunidade de vivenciar um processo mais democrático voltado para a formação geral do educando.

Para o período de 1991-1995 (segunda gestão Jáder Fontenelle Barbalho), a SEDUC propôs alguns pressupostos, que originaram ações no sentido da oferta de escolarização para todos, quando da continuidade às ações de implantação, expansão e implementação do *Projeto Centros de Ensino Básico (CEBs)*, que visava transformar a 1^ª e 2^ª séries do ensino fundamental em ciclo básico de alfabetização, como alternativa metodológica do processo educativo, concorrendo para o aumento dos níveis de eficiência do Sistema Educacional, bem como possibilitando o ingresso de novos alunos pela desobstrução do fluxo escolar.

O período 1991-1993 (gestão Augusto Rezende) uma das ações que se evidenciaram nesse período foi a *Implantação do Sistema de Ciclos*. O Ciclo Básico na educação fundamental, em substituição ao sistema seriado, foi implantado na Rede Municipal de Educação em 1992, a partir da constatação das altas taxas de reprovação e evasão registradas nos relatórios estatísticos, estudos e pesquisa. O Ensino Fundamental em ciclos compôs-se de Ciclo Básico I e Ciclo Básico II. A implantação dessa proposta pedagógica ocorreu de forma gradual.

Nessa gestão 1993-1996 (Hélio da Mota Gueiros) o destaque foi dado à Educação Básica, reconhecida como o principal fator do desenvolvimento humano moderno. A política educacional, posta em prática foi voltada para a implementação dos programas articulados, tomando como uma das linhas relevantes o *Sistema de Ciclo Básico*, que teve continuidade nesta gestão de forma mais sistemática e consistente, tanto que, para atenuar o quadro de altas taxas de reprovação e evasão, a SEMEC propôs a reformulação curricular e revisão da prática pedagógica fundamentada no princípio da democratização, buscando com essas ações a qualidade do ensino-aprendizagem. No Sistema de Ciclos a cada ano letivo o ensino seriado vem sendo substituído pelos Ciclos Básicos, até a sua formação completa. Este Sistema apresentava inovação que trazia na sua concepção de aprendizagem, como em relação a metodologia trabalhada com os alunos. Apesar de uma nova linha metodológica, o Ciclo Básico apresentou como resultado referente à permanência dos alunos na escola que estes continuavam apresentando índices representativos de evasão e repetência, provocando o fracasso escolar.

O Governador Almir Gabriel (1995-1998) assume o governo com a SEDUC, apresentando a primeira diretriz básica definida no Plano Estadual de Educação (1995/1999), que foi a *Descentralização* e a *Municipalização do Ensino*. A partir daí, as ações propostas pela SEDUC objetivavam melhorar a qualidade do ensino através de ações voltadas especificamente para a *redução do déficit escolar*, *melhoria da qualidade do ensino*, *integração escola-comunidade* e *gerenciamento administrativo*. A proposta apresentada sobre a municipalização do ensino propôs que esta fosse feita em etapas. O desencadeamento do processo de municipalização deu-se inicialmente com a aquisição e distribuição de produtos da merenda escolar e, a partir de 1996, passou a incluir, também, a educação fundamental da 1ª a 4ª séries, com adesão de um número razoável de municípios. Esse processo envolveu, ao mesmo tempo, a cessão de prédio, equipamento e pessoal, além do repasse dos recursos financeiros, com o reforço do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) no Estado do Pará. Em síntese, os estudos sobre a municipalização do ensino fundamental foram desenvolvidos ao longo do ano de 1996, mas a implantação do projeto só foi viabilizado a partir da aplicação do FUNDEF, com o repasse para os municípios dos recursos correlacionados aos alunos transpostos para a rede municipal, com base no cálculo do custo-aluno na proporção de R\$315,00 por aluno/ano.⁷

Como parte do processo de municipalização do ensino, a SEDUC estimulou a constituição de três instrumentos de implementação desse processo: I) *Fiscalização da gestão administrativo-financeira de cada escola e seu projeto pedagógico com a participação efetiva da comunidade*; II) *Eleição para diretor e vice-diretor das unidades escolares*; e III) *Implantação do projeto pedagógico e a formação dos Conselhos Escolares*. A partir da instalação dos instrumentos da gestão democrática da escola, caberá à SEDUC o papel de encaminhar a política educacional, a ampliação da rede, o assessoramento técnico-pedagógico, a capacitação de pessoal, que seriam as ações gerais da educação. Sem interferir no dia-a-dia da escola.

O compromisso do governo do período 1997-2000 (gestão Edmilson Rodrigues) foi com a universalização do ensino. Para efetivar esse compromisso, o governo deu continuidade a alguns projetos da gestão anterior e estabeleceu novos programas como o sobre a *Qualidade Social da Educação*, o destaque fica por conta do *Projeto Ciclos de Formação da Escola Cabana*. Esta concepção tem como base a existência de diferentes fases de desenvolvimento vivenciadas pelas crianças, adolescentes, jovens e adultos, todos alunos, os quais têm condições de construir seu processo de formação, a partir das experiências do ambiente físico e histórico-cultural. A SEMEC propôs que as escolas de Educação Infantil e Educação Fundamental, através de adesão, se estruturassem sob a forma de Ciclos, já que estavam organizadas a nível seriada. Estruturou o Ensino Fundamental em nove anos organizados em três ciclos a partir das faixas etárias. Com base nessa concepção a SEMEC *não considera a possibilidade de retenção dos alunos nos Ciclos de Formação do Ensino Fundamental*.⁸ Quanto ao FUNDEF, este trouxe dificuldades à educação de Belém, fazendo com que cada aluno passe a valer menos por ano e, assim, passe também a receber menos investimentos voltados à aprendizagem. O Comitê Estadual do Programa Toda Criança na Escola reconhece que a antecipação da Lei do FUNDEF no Pará trouxe dificuldades, uma vez que a promessa do apoio do governo federal aos municípios para a expansão da rede escolar da educação fundamental não aconteceu.

Como considerações finais na relação entre estado e município, flagra-se uma falta de articulação entre essas instâncias de governo. Para exemplificar como se deu essa relação, o problema configurou-se como político, já que são as diversidades ideológicas e partidárias que regem as legendas das gestões estadual e municipal. Ocorre pelos diferentes projetos, pela falta de espaços comuns de negociação e conflitos de interesse, provocando a ausência de uma relação política para os projetos de educação.

Os dados expostos ao longo dessa tese expressaram o caráter de uma cultura política, no decorrer da construção de uma série de diferentes relações com a gestão da educação. É o fato das instâncias estadual e municipal já terem um projeto, estabelecendo com essa atitude uma relação diferente com a questão da gestão.

A educação foi considerada prioritária em todas as gestões estadual e municipal, exibindo um quadro comum nas administrações: é o setor de maior dimensão do governo estadual e municipal em número de funcionários; absorve, anos após ano, mais recursos orçamentários e extra-orçamentários; é um dos setores mais dispersos no

⁷ Sobre o FUNDEF no Pará, consultar MONLEVADE, João & FERREIRA, Eduardo B. O FUNDEF e Seus Pecados Capitais. Ceilândia-DF: Idéia Editora, 1997.

⁸ Prefeitura Municipal de Belém. Secretaria Municipal de Educação. "Escola Cabana: Dando Futuro às Crianças". I Conferência Municipal de Educação. 1988, p.28.

espaço da cidade; ao lado do setor saneamento, é o que mais atividades realiza em termos quantitativos; é um dos setores mais problemáticos na atividade pública, pois não atende à demanda da população escolarizável, fica a desejar na qualidade do ensino e a remuneração dos servidores empregados na área, não é satisfatória.

No geral, os programas, planos ou projetos sistematizados fazem parte de uma estrutura de poder dos sistemas estadual e municipal de educação, proporcionando algumas considerações expostas ao longo do texto, e como outras mais recentes estão em andamento não se tem ainda parâmetros para maior avaliação.

BIBLIOGRAFIA

- BELÉM. Prefeito, 1993-1996 (Hélio da Mota Gueiros). *Mensagem apresentada à Câmara Municipal de Belém*. Belém, 1995
- _____. Prefeitura. Secretaria Municipal de Educação. Núcleo Setorial de Planejamento. *O Ensino Fundamental Diurno da Rede Municipal de Educação de Belém. 5ª a 8ª Série - "1990 a 1994"* Série Pesquisa-Realidade Educacional. Belém-Pará, julho de 1996
- _____. *"Escola Cabana: Dando Futuro às Crianças"*. I Conferência Municipal de Educação. 1998
- BRASIL. *Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1998
- MONLEVADE, J. & FERREIRA, E. B. *O FUNDEF e seus Pecados Capitais*. Ceilândia, DF: Idéa Editora, 1997
- PARÁ. Sistema Estadual de Planejamento. *Plano Plurianual de Trabalho 1979/1982*. Setor de Infra-Estrutura Social. Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, 1979
- _____. *Constituição 1989*. Belém: Imp. Oficial, 1989
- _____. Governador, 1991-1995 (Jáder F. Barbalho). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa*. Belém: Impr. Oficial, 1991
- _____. Governo. Secretaria de Estado de Educação. *Plano Decenal de Educação para Todos do Estado do Pará. 1993/2000*. Novembro de 1993
- _____. *Plano Estadual de Educação. 1995-1999*. Belém: SEDUC, 1995